

**ORDEM GLOBAL E DOMINAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE: OS
PRONUNCIAMENTOS DO G7 ACERCA DO DESMATAMENTO**

ÂNGELA MARIA DE MELO CANDIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

PAULO THIAGO N. B. DE MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

NICOLE LOUISE MACEDO TELES DE PONTES

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

ORDEM GLOBAL E DOMINAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE: OS PRONUNCIAMENTOS DO G7 ACERCA DO DESMATAMENTO

1 INTRODUÇÃO

A ordem global, bem como o ambiente de negócios internacionais, é constituída por meio de relações entre países pautadas a partir de diversas questões, inclusive a abordagem ambiental e os cuidados para com os ecossistemas, posto que incidem sobre os demais pontos atrelados à economia. Esse contexto de escassez de recursos ambientais revela um momento de crise do sistema capitalista, sendo necessário uma orientação de sustentabilidade. Este estudo aborda o desmatamento e os seus problemas, discutindo os pronunciamentos do Grupo dos Sete.

O Grupo dos Sete (G7) é formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá, sete países desenvolvidos nos aspectos industrial e econômico. É um dos componentes centrais da governança global, baseado em acordos intergovernamentais e secretarias permanentes, permitindo que os líderes dos países membros desenvolvam boas relações pessoais e entendam as respectivas circunstâncias e restrições políticas e econômicas internas de cada um. Esses países fornecem um meio único para alcançar a coordenação política e cooperação com resultados respeitáveis em inúmeras questões econômicas, políticas, de segurança, entre outras (HANJAL, 2016).

De acordo com Guimarães (2013), os países do G7 detêm o controle da política monetária de cooperação econômica internacional, através da criação de regras que resultam na construção de uma burocracia atrelada às visões e interesses dos países desenvolvidos. O processo controlado pelos países do G7 influencia diretamente o debate sobre as reformas de cotas de representação e, em virtude disso, os países em desenvolvimento encontram problemas de representatividade, gerando diversas distorções que os desfavorecem (GUIMARÃES, 2013). Sobre o G7, Hanjal (2016) aponta que há uma percepção generalizada das deficiências estruturais, procedimentais, democráticas e da necessidade de reformá-lo ou substituí-lo.

Neste estudo, é discutido o problema de dominação dos países mais desenvolvidos sobre questões relacionadas ao meio ambiente, especificamente o desmatamento. O sistema capitalista global é hierarquizado, com a existência de uma divisão internacional do trabalho entre os países que o compõem (ALMEIDA; AZEVEDO, 2019), demarcando diferenças existentes entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento. De acordo com Boatcă (2022), a relação entre desigualdade e crescimento econômico focalizava a pobreza como fator decisivo, mas estes fatores são analisados nos termos políticos, culturais e ideológicos na abordagem teórica da economia política do sistema-mundo, além do aspecto econômico. De acordo com Hanjal (2016), o processo de definição da agenda do G7 resulta da evolução ao longo da história das cúpulas e descreve os efeitos de importantes eventos inesperados em cada época. A agenda reflete tanto as realidades econômicas e políticas globais em mudança, quanto um processo de continuidade. Além da agenda pública, os líderes tendem a discutir diversos outros assuntos de forma privada, como bem entendem, e isso ocorre em função da dinâmica do G7 como fórum informal e confidencial (HANJAL, 2016).

O somatório das injustiças sociais e ambientais impactam primeiro, e de forma mais acentuada, em certos meios, grupos e classes sociais que sofrem as consequências negativas da ilusão do desenvolvimento econômico (PORTO; ROCHA, 2022). Desse modo, Almeida e Azevedo (2019) afirmam que as disparidades sociais permitem a avaliação das condições sociais mínimas oferecidas em nível das sociedades e economias nacionais, focando nas adversidades do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, as discussões realizadas no presente estudo são pautadas na abordagem teórica da economia política do sistema-mundo.

O presente artigo explora como as decisões colocadas pelos países do G7, na perspectiva ambiental, impactam diretamente os países periféricos e suas relações na perspectiva da

economia política dos sistemas-mundo. Este estudo tem o objetivo de compreender a dominação da organização do G7 na relação da política econômica internacional com as florestas e o desmatamento. Almeida e Azevedo (2019) afirmam que as diferenças entre os países em questão são expressivas, sendo pertinente a abordagem das justificativas dessas disparidades para a redução da desproporção existente em relação à vulnerabilidade social. Por sua vez, Porto e Rocha (2022) reconhecem a importância do aprofundamento no diálogo interdisciplinar para a preparação de uma transição civilizatória e reconstrução de novas formas de territorialidade, políticas públicas e economias diante das várias crises e injustiças presentes. Boatã (2022) aponta que ainda há lacunas nos principais debates acerca das desigualdades globais sob o capitalismo, apesar do trabalho recente e contínuo na perspectiva histórico-mundial, buscando compreender as dinâmicas atribuídas aos países periféricos e suas populações no sistema global.

O trabalho foi dividido em cinco partes: primeiro, apresenta esta introdução com a contextualização do G7. A segunda parte aborda as principais contribuições acerca da teoria da economia política dos sistemas-mundo. A terceira parte, aponta o posicionamento metodológico para a constituição da pesquisa documental e análise crítica do discurso. Em seguida, a partir dos relatórios emitidos pelos ministros dos países do G7, discute-se sobre as mudanças climáticas, os sistemas agroalimentares e os povos indígenas na cooperação internacional. Finalmente, é sustentada a relação de domínio dos países do G7 na ordem global.

2 A ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

A partir da teorização da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), as situações de subdesenvolvimento tendem a um desequilíbrio crônico, posto que a atuação do Estado por meio do planejamento e da indução dos agentes econômicos é necessária na busca do desenvolvimento (WANDERLEY, 2015). Segundo Wanderley (2015), a necessidade do reconhecimento das diferentes teorizações que compõem os estudos da dependência e as contribuições acerca de cada uma, incluindo a descolonização do conhecimento produzido pelas diferentes correntes desses estudos é uma forma de estimular respostas críticas da América Latina dentro da área de estudos organizacionais. Também fazem parte os estudos sobre a tomada de decisão, racionalidade econômica e política de diversas naturezas e particularidades do controle hierárquico (WANDERLEY, 2015).

Com o estudo dos estados agrupados por uma divisão do trabalho, Arrighi (2003) analisa interdependências e condições, nas quais os países são submetidos a uma ordem e denominados de periféricos, semiperiféricos ou componentes de um núcleo central, elaborando a teoria da Economia Política dos Sistemas-Mundo. Arrighi (2003) coloca em discussão a possibilidade de a globalização ser uma designação incorreta diante do ocorrido com a ascensão da Ásia Oriental em detrimento dos Estados Unidos.

Arrighi (2003) questiona acerca das seguintes mudanças históricas: (1) a permanência, ou não, da posição estrutural das organizações privadas líderes do capitalismo mundial em relação aos estados desde o século XVI; (2) se a novidade da globalização se tratava da dificuldade do acompanhamento das demandas combinadas do Terceiro Mundo e das classes trabalhadoras do Ocidente, em detrimento das instituições dominantes do capitalismo mundial; (3) o deslocamento do epicentro da economia global para o Leste Asiático. Historicamente, o desenvolvimento dos estados europeus ocorreu de forma gradual, através de um modelo de sistema centrado na própria Europa, mas a sua maior concentração atual de recursos de poder está atrelada ao fortalecimento econômico de estados distantes de poder tradicionais do ocidente (ARRIGHI, 2003).

Vieira (2015) discute sobre a orientação que volta a tomar o estado nacional como um ambiente relevante para mudança social, que é apropriada quando se tem por finalidade o

provimento de insumos para políticas estatais ou movimentos que objetivam ocupar o Estado para realizar mudanças. O estudo da mudança social nessa orientação é sustentado privilegiando os fatores internos ao alcance da interferência estatal, embora tivessem referências aos fatores externos. Em virtude disso, a Economia Política do Sistema Mundial não pode recusar o nacional-desenvolvimentismo acerca da explicação dos processos políticos, econômicos e sociais da atual fase do sistema capitalista. Outrossim, a filiação da economia-mundo capitalista como unidade de análise problematiza a viabilidade do desenvolvimento nacional (VIEIRA, 2015).

Marques e Parron (2019) entrevistaram Dale Tomich (autor de estudos sobre escravidão) acerca da economia política do sistema-mundo. Em seus estudos, é colocado que a perspectiva de sistemas-mundo afirma apenas uma unidade social e tudo faz parte dela, de forma direta ou indireta (MARQUES; PARRON, 2019). Segundo Marques e Parron (2019), trata-se de uma questão de especificar relações particulares historicamente como parte de um todo em transformação, e que este todo seja considerado como universal e contenha partes heterogêneas ao mesmo tempo. Enquanto que é sempre apontada uma bilateralidade entre metrópole e colônia na teoria da dependência, tudo se torna relacional na perspectiva dos sistema-mundo, relacionando diversas dimensões e sendo uma visão relevante para se pensar o século XXI em diante (MARQUES; PARRON, 2019).

De acordo com Brussi (2011), cada classe capitalista é referida de modo concreto a um determinado período histórico, embora em todos os casos seu propósito esteja na busca incessante pelo processo de expansão da acumulação de capital. As crises são períodos em que não se tem mais o controle da situação. Contudo, é a partir delas que decorrem inovações, posto que surgem novas formas de desenvolvimento de novos ciclos expansivos na economia do mundo (BRUSSI, 2011). Segundo Brussi (2011), a burguesia apresenta um nível de capacidade adaptativa perante os vários ciclos, sendo a mesma percebida como o núcleo fundamental do capitalismo. Destaca-se a análise e compreensão do período passado com o intuito de encontrar padrões que, a partir destes, torna-se possível a avaliação do distanciamento dos processos em desenvolvimento no momento, visando antecipar possíveis contradições que possam vir a surgir no momento futuro (BRUSSI, 2011)

Chase-Dunn e Lerro (2013) reforçam a ideia de que a democracia deve ser global, de modo que a maioria dos indivíduos sejam capazes de incidir significativamente nas instituições de governança global. A partir da democracia representativa dos estados isolados, esta é levada à democracia global e ao questionamento da ideia controversa da democracia. Há pontos de discordância sobre a possibilidade de uma democracia global, incluindo as presunções de que os humanos colocam suas famílias e grupos étnicos em primeiro lugar, de que o nacionalismo possibilita às elites estimular a luta das pessoas umas com as outras, e de que as adversidades econômicas e ambientais auxiliam na revitalização do nacionalismo, fazendo os indivíduos procurarem formas de se protegerem de forças sobre as quais os mesmos detêm de pouco controle (CHASE-DUNN; LERRO, 2013).

Ao discutir sobre desigualdades de renda e uma democracia econômica global, Chase-Dunn e Lerro (2013) propõem um Partido Mundial constituído por uma rede de pessoas e representantes de organizações populares do mundo que assumem o compromisso de cooperar na formação de uma comunidade global racional coletivamente. Esta rede seria aberta a pessoas de diversas nações e religiões, buscando a criação de bases institucionais para a criação de uma sociedade mundial culturalmente pluralista, socialmente justa e ecologicamente sustentável, voltada a democracia global (CHASE-DUNN; LERRO, 2013).

As tecnologias de comunicação assumem o papel importante de facilitar autoridade e hierarquia, e no impulsionamento para confrontar as autoridades que são responsáveis pelo desenvolvimento da governança global (CHASE-DUNN; LERRO, 2013). A emergência dos mundos virtuais interativos tridimensionais pode ser utilizada na expansão da participação

pública. Além disso, Chase-Dunn e Lerro (2013) afirmam que a verdadeira democracia deve abordar os problemas da riqueza e da propriedade, sendo necessário a democratização e o provimento de poder às instituições de governança global que possam lidar com as desigualdades entre centro e periferia.

Ullrich e Carrion (2015) ressaltam que, através da imposição dos saberes científicos, tomados como verdade absoluta, os países centrais exercem sua dominação sobre os periféricos, justificando auxiliar no desenvolvimento destes países. Contudo, com o avanço da globalização e o reordenamento do sistema internacional, os países semiperiféricos e periféricos, têm adotado práticas de Cooperação Sul-Sul como estratégia, que propõem relações mais igualitárias e solidárias entre os países envolvidos.

Ao pensar a cooperação internacional como um campo de disputa, Ullrich e Carrion (2015) entendem que a configuração do sistema mundial, que está no imaginário da sociedade mundial, é difícil de ser rompida, pois os países centrais buscam manter seus capitais para sustentar sua posição predominante. Essa configuração é reproduzida continuamente no imaginário global, através da divisão do mundo entre países considerados desenvolvidos e países avaliados como subdesenvolvidos. Os países semiperiféricos e periféricos continuam sendo fornecedores de mão de obra e de recursos naturais para os países centrais, perpetuando a divisão internacional do trabalho e reforçando a lógica do moderno sistema-mundo.

Mansur e Teodósio (2016) afirmam que a cooperação Norte/Sul possui a presença de uma série de condicionalidades impostas pelos países do Norte aos países beneficiários do Sul, nas quais a ajuda prestada não é isenta de interesses e nem sempre irá coincidir com a real necessidade do país beneficiário. Ainda consideram que sociedade civil organizada nos países do Norte têm um perfil de soberania determinado pelas diferentes concepções de intervenção dos Estados centrais. Já sociedade civil organizada nos países periféricos é caracterizada por uma dependência financeira em relação à ajuda internacional, estando sujeitas às condições que lhes são impostas (MANSUR; TEODÓSIO, 2016). Desse modo, todas as ações de cooperação internacional envolvem processos de gestão que sofrem múltiplas influências. Normalmente, os países centrais do Norte exercem um tipo de dominação sobre os periféricos do Sul, com uma pretensa justificativa de proporcionar o desenvolvimento e o crescimento desses países nos modelos dos desenvolvidos (MANSUR; TEODÓSIO, 2016).

Desde meados de 2010, a União Europeia instituiu uma política que direciona a transformação dos seus países em uma economia baseada no conhecimento e na inovação (ALMANZA; FONSECA, 2018). Esta política, segundo Almanza e Fonseca (2018), ressalta a importância do contexto geográfico e suas interações com as características sociais, culturais e institucionais como aspectos essenciais na delimitação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento. Ainda, esta política busca o crescimento econômico na Europa conferindo importância à ciência, se tratando de uma forma de harmonizar os países com as visões do mundo natural, social e da atividade econômica, a partir de uma economia com base no conhecimento, que seja socialmente inclusiva e sustentável (ALMANZA; FONSECA, 2018).

Segundo Almanza e Fonseca (2018), a política europeia de crescimento econômico baseada no conhecimento e na inovação tem trazido sinais positivos atrelados à existência de um número crescente de profissionais altamente qualificados, bem como o número de publicações científicas em coautoria com investigadores estrangeiros. Além disso, tem sido importante reconhecer e promover as ações políticas que trazem a ideia da especialização inteligente em geral, ainda que se reconheça o caráter parcial da natureza participativa na formulação em cada país e as fracas relações entre os setores da ciência, inovação e o setor produtivo (ALMANZA; FONSECA, 2018). A busca pelo desenvolvimento da Europa através da política de crescimento econômico baseada no conhecimento e na inovação faz convergência com a busca de compreensão dos períodos passados, conforme é preconizado por Brussi (2011), para tomar bases de avaliação aos processos de desenvolvimento.

Em uma direção diferente da promoção da tecnologia como importante fator na economia, Porto e Rocha (2022) apontam as ameaças do método de desenvolvimento extrativista nas últimas décadas para os povos indígenas, que foram intensificadas no contexto da pandemia por Covid-19. A expansão da mineração, do garimpo e dos impactos do modelo de desenvolvimento neoextrativista remete à continuidade e ao agravamento do colonialismo persistente na política indigenista brasileira, incluindo episódios de violência e ameaças à vida de líderes, além da intensificação da degradação ambiental, desamparando estes povos que vivem e dependem da natureza (PORTO; ROCHA, 2022). Diante da multiplicidade de conflitos neste meio, Porto e Rocha (2022) afirmam a necessidade de acordos internos mínimos que reflitam na continuação da construção de mecanismos de coesão política contra as forças que pressionam os povos indígenas.

Boatã (2022) explora o impacto duradouro da divisão internacional do trabalho do século XIX na análise sociológica das desigualdades, mostrando que as combinações existentes de formas de renda entre famílias da classe trabalhadora se correlacionam com as estruturas do centro ou periferia, refletindo na polarização no nível da economia-mundo. A desigualdade observada historicamente no sistema econômico global se reproduz constantemente (ALMEIDA-FILHO; AZEVEDO, 2019).

A partir da análise do contexto da vulnerabilidade social expressa na condição de alimentação insuficiente e na dinâmica de segurança alimentar, Almeida-Filho e Azevedo (2019) observaram que o valor da produção dos alimentos per capita não apresenta uma correlação proporcional à quantidade de energia alimentar consumida em relação à necessária na América do Sul e nos BRICS. Há uma convergência entre os países mais pobres com aqueles que apresentam maiores preços de alimentos, e maiores percentual e profundidade da subnutrição, além da instabilidade desses países ser sempre maior (ALMEIDA-FILHO; AZEVEDO, 2019).

Almeida-Filho e Azevedo (2019) analisaram as disparidades da segurança alimentar e nutricional entre países periféricos e centrais. Nos países periféricos, a disponibilidade de energia dietética ofertada é inferior em relação à média mundial. O acesso ao alimento pode ser considerado o maior dos gargalos para a superação da insegurança alimentar nos países periféricos. Na utilização dos alimentos, o saneamento básico possui uma disparidade mais significativa entre os países periféricos e os centrais. E quanto à estabilidade político-econômica para produção e oferta de alimentos, a oferta em países desenvolvidos é significativamente superior, que é garantida pelas regulamentações do comércio externo (ALMEIDA-FILHO; AZEVEDO, 2019).

Segundo Ribeiro e Diniz (2017), a financeirização deve ser compreendida como o padrão sistêmico da riqueza do capitalismo contemporâneo, com a flexibilidade, o ecletismo e a liberdade de escolha sendo características fundamentais da reprodução do capitalismo histórico como sistema mundial. Ribeiro e Diniz (2017) esclarecem que a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias e elementos fundamentais da atividade industrial é interpretada como um processo de mercantilização. Nessa perspectiva, a expansão financeira do capitalismo ampliou a tendência de transformação do espaço urbano em um espaço aberto para a circulação de capitais portadores de juros, impactando na fragilização das capacidades regulatórias dos Estados nacionais e territoriais (RIBEIRO; DINIZ, 2017).

A profundidade da atual expansão financeira do capitalismo, de acordo com Ribeiro e Diniz (2017), deve estar relacionada ao grau de penetração da lógica mercantil no tecido social urbano e que o endividamento crescente vinculado à reprodução geral das classes trabalhadoras e médias tornou-se fonte permanente de recursos financeiros. A financeirização passou a atingir as esferas da vida cotidiana, surgindo graves tendências de desarticulação social, que se revelam preocupantes perante a suspensão dos contramovimentos de proteção social (RIBEIRO; DINIZ, 2017).

Ao compreender o contexto americano, Boff e Ouriques (2018) afirmam que a ressurgência do setor energético pode apoiar no regresso do déficit comercial e fortalecer sua base industrial, com a exploração de gás de xisto sendo uma grande promessa às bases estruturais da dominação. Boff e Ouriques (2018) esclarecem que o gás de xisto conquistou boa parte do que era abastecido pelo carvão, auxiliando na redução das emissões de CO₂, e o petróleo de xisto produzido favoreceu a diminuição da dependência externa, oferecendo importante potencial na recuperação da economia americana. Contudo, a incerteza no tocante ao potencial real de reservas, os riscos ambientais presentes na exploração do recurso e as estratégias de mercado utilizadas pela concorrência, pode tornar a promessa impedida (BOFF; OURIQUES, 2018).

De acordo com Boff e Ouriques (2018), é necessário um levantamento rigoroso referente à exploração de xisto, uma vez que não há um consenso quanto ao impacto da indústria na economia americana. Ademais, é preciso também um estudo aprofundado com relação ao impacto da exploração do gás no jogo geopolítico que produz diferentes resultados para tradicionais países exportadores e importadores (BOFF; OURIQUES, 2018). Ao considerar os pontos do nacional-desenvolvimentismo como unidade de análise para o estudo da mudança social, Vieira (2015) faz menção à dificuldade do consenso à existência de contrapontos que o coloca em desconformidade, mesmo que apresente aspectos relevantes para sua continuidade.

3 POSICIONAMENTO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento do presente estudo, será realizada uma pesquisa qualitativa com análise dos documentos do G7. O G7, grupo formado pelos países Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá, se trata de um arranjo internacional relativamente livre de burocracia, uma vez que não foi estabelecido por acordo internacional formal e não tem secretariado, permitindo que os líderes se conhecessem em bases pessoais sólidas e entendam as restrições e prioridades políticas e econômicas domésticas de cada um. O G7 promove uma série de reuniões anuais de chefes de estado ou de governo, que são cobertas pela mídia, estudos acadêmicos e outros grupos interessados (HANJAL, 2016), mas a documentação resultante não é amplamente compreendida.

Segundo Hanjal (2016), as reuniões de cúpula ao longo de 32 anos, evoluíram de uma reunião única para um evento anual, onde os líderes trocam opiniões livremente, uma vez que tal interação seria improvável em organizações formais maiores, e expandido continuamente seus vínculos com as organizações internacionais. Além disso, a documentação desse grupo de países, em toda a sua complexidade, é uma fonte essencial de informação não apenas sobre o G7, mas também sobre toda uma série de questões econômicas, políticas e globais (HANJAL, 2016).

Um aspecto relevante sobre o G7, é o fato do forte controle que seus países exercem nos quadros das organizações internacionais. Esse mecanismo privilegia a consolidação de suas experiências no interior dessas organizações, não havendo outros tipos de profissionais que pudessem diversificar os conhecimentos, tendo em vista os limites dos debates epistemológicos. (GUIMARÃES, 2013).

Neste estudo, foi realizada a coleta de dados documentais. Para Flick (2009), os documentos remetem à representação de fatos. Para a avaliação dos documentos foram utilizados os critérios da autenticidade, credibilidade, representatividade e significação. Foi considerado quem produziu o documento, o objetivo e por quem é utilizado.

A pesquisa documental compõe infinitas possibilidades e pontos de vista, se tratando de uma perspectiva metodológica que constituiu como um dos principais caminhos de construção do conhecimento histórico-acadêmico desde o século XIX. No procedimento de pesquisa documental, o pesquisador não participa diretamente na construção das informações e dados

(GRAZZIOTIN; KLAUS; PEREIRA, 2022). A contextualização do documento identificado é imprescindível para o pesquisador, sendo necessário também o entendimento de que o documento não é neutro e sempre conduz a ideia da instituição que escreve, inclusive os documentos não oficiais.

Para a coleta de dados, foi acessado o site do Centro de Informações sobre o G7 (organização da Universidade de Toronto: <http://www.g7.utoronto.ca/>). No mesmo, consta uma seção destinada aos documentos das reuniões realizadas. A coleta aconteceu sobre os documentos dos eventos mais aderentes ao problema do desmatamento. Foram selecionados os comunicados dos ministros do meio ambiente nos anos de 2019, 2021 e 2022. Em 2020, o desmatamento não se fez presente nas pautas do G7 em decorrência da pandemia por COVID-19 e as preocupações do seu impacto na economia. Após a seleção dos documentos, houve também a seleção dos seus trechos onde o desmatamento é apontado como assunto principal.

Neste estudo, foi realizada uma análise crítica do discurso sobre os documentos do G7. Segundo Fairclough (2004), a intertextualidade se dá a partir da presença de elementos de outros textos, ressaltando de modo amplo a diferença ao trazer outros componentes e acentuando a dialogicidade no mesmo. A intertextualidade é o movimento que envolve transformações particulares em decorrência da forma em que o material é movido dentro do contexto (FAIRCLOUGH, 2004). Segundo Fairclough (2004), a intertextualidade é seletiva com relação ao que é incluído e excluído dos eventos e textos apresentados, e a implicidade é uma propriedade da importância social, estando atrelada às suposições.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) se trata de um modo de investigação crítica, no qual a teoria e a metodologia estão inter-relacionadas. (SILVA; GONÇALVES, 2017). De acordo com Silva e Gonçalves (2017), o discurso é construído pelas entidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimentos e crenças. A intertextualidade se refere às ligações que um texto estabelece com outros, dotando o discurso de historicidade (SILVA; GONÇALVES, 2017).

A ideologia se faz presente nas estruturas que representam os eventos passados como em condições para eventos atuais, sendo resultante do trabalho de naturalização e desnaturalização de ideias, estando presente no sentido das palavras, se tratando de crenças e ideias vinculadas no discurso, constituindo a base para as disputas hegemônicas. Neste aspecto, a ACD tem o objetivo de compreender as condições que impossibilitam o surgimento da transformação social através da prática discursiva (SILVA; GONÇALVES, 2017). A seguir, são apresentadas as discussões das análises realizadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção está dividida em três subseções. A primeira aborda a questão do aquecimento global como principal consequência do desmatamento, a segunda aponta a realização das práticas agrícolas e, por fim, a terceira discute a relação dos impactos sobre os povos indígenas e o modo como as parcerias globais são realizadas.

4.1 Relação com problema da mudança climática

Nos pronunciamentos realizados pelo G7 relacionados ao aquecimento global, é ressaltado o comprometimento dos países com o desenvolvimento e implementação de políticas, estratégias e programas em esfera nacional, abordando os problemas de forma integrada. “A mudança climática é um fator chave para a degradação dos ecossistemas e perda de biodiversidade” (G7, 2022).

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2023), no período de 2019-2022, a taxa média anual de desmatamento na Amazônia Legal foi de 11.403 km², em

uma tendência de aumento em relação à taxa de 6.494 km² no período de 2009-2018. O G7 destacou as Soluções Baseadas na Natureza (SbN) como um instrumento de fomento ao enfrentamento dos problemas, a partir do aumento na mobilização dos recursos, integrada com a implementação das contribuições determinadas nacionalmente, estratégias de longo prazo, Planos Nacionais de Adaptação, dentre outros planos que visam a promoção da integração de estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável. “Reconhecemos o papel crucial das SbN em fornecer benefícios múltiplos significativos para mitigação e adaptação climática, biodiversidade e pessoas e, assim, contribuir para o alcance de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (G7, 2021). Esses benefícios estão relacionados a saúde do solo, diminuição do risco de desastres e a melhoria na qualidade e quantidade de água. “As soluções baseadas na natureza também podem fornecer meios de subsistência sustentáveis, protegendo e apoiando uma ampla gama de serviços ecossistêmicos dos quais as pessoas mais vulneráveis e pobres do mundo dependem desproporcionalmente” (G7, 2021). Os representantes do grupo reforçam seu compromisso no fortalecimento da implantação relacionada à SbN.

Diante dos problemas abordados anteriormente, os mesmos são resultantes de um período intensivo de degradação, como abordado por Brussi (2011). Nos cenários de crise, marcados pela perda do controle de uma determinada situação, uma série de efeitos desfavoráveis atrelam-se à questão ambiental, bem como o retorno lento, inversamente proporcional às consequências resultantes de sua deterioração. De acordo com Brussi (2011), a burguesia apresenta um maior nível de capacidade adaptativa, bem como novos métodos de progresso, devido ao seu poder dominante.

Os ministros dos países do G7 afirmam que “reconhecemos o papel crítico das florestas de nosso mundo como lar da maior parte da biodiversidade terrestre do mundo, reduzindo nossa vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas, melhorando nossa adaptabilidade” (G7, 2021). O desmatamento e a degradação florestal são reconhecidos como causas expressivas do aquecimento global, contudo os ministros não colocam os países em questão como agentes causadores dos problemas ambientais abordados. Diante disso, é posto o comprometimento dos países em ações que visem “conservar, proteger e restaurar ecossistemas naturais, incluindo florestas e conectividade de habitats, e promover o manejo florestal sustentável” (G7, 2021), além da realização de ações para a redução do carbono, que auxiliem na estagnação e combate da perda de biodiversidade e do desmatamento.

As pressões críticas estão atreladas à alteração, perda e degradação do habitat, além do alastramento de espécies invasoras, poluição terrestre e marinha, superexploração dos recursos naturais e mudanças climáticas. “Para combater a perda de biodiversidade, nos comprometemos a tomar medidas, incluindo medidas práticas e concretas contra as pressões antropogênicas críticas que ameaçam ecossistemas, espécies, populações e diversidade genética” (G7, 2019). Os ministros do G7 (2019) ressaltam a existência de evidências que preconizam as mudanças nas condições climáticas como fator de intensificação da perda de biodiversidade no futuro.

O reconhecimento e comprometimento do G7 voltado ao combate dos prejuízos acarretados pela perda de biodiversidade, resultante do desmatamento, estão relacionados à preocupação para a realização de mudança social abordado por Vieira (2015). Em detrimento da posição socioeconômica dos países componentes do Grupo, as medidas adotadas na luta contra as pressões críticas do desmatamento tomam o meio como objeto para a adoção de práticas, visando a modificação de uma realidade social e considerando os fatores internos dos países componentes como base. Contudo, menciona diretamente os fatores externos, posto que os impactos acarretados pela redução drástica da biodiversidade se tratam de um obstáculo global.

O G7 (2021) discerne o desmatamento como ameaça global ao clima, à biodiversidade, à segurança alimentar e aos meios de subsistência, sendo acentuado através da expansão das

práticas agrícolas. Visto isso, o grupo firma o compromisso em aumentar o apoio as cadeias de abastecimento sustentáveis, visando a desvinculação da atividade do desflorestamento e da degradação florestal, enquanto articulam o desenvolvimento do comércio por meio do diálogo entre países consumidores e produtores. “Aumentaremos a transparência e a rastreabilidade da cadeia de suprimentos e, se apropriado, desenvolveremos estruturas ou políticas regulatórias”, com o intuito de “gerar um comércio que seja ambiental, social e economicamente sustentável e resiliente, a fim de alcançar uma recuperação verde bem-sucedida” (G7, 2021).

4.2 As cadeias e sistemas agroalimentares

A promoção dos sistemas alimentares sustentáveis nos fatores econômicos, ambientais e sociais, ressalta também os proveitos da redução da perda e desperdício de alimentos. “Incentivaremos abordagens integradas nos níveis de produção, ecossistema e paisagem que conservem e restaurem solos, paisagens marinhas, ecossistemas marinhos e biodiversidade para alimentos e agricultura” (G7, 2019). Essas abordagens funcionam através de serviços ecossistêmicos, visando a melhoria dos meios de subsistência, evitando desastres naturais, colaborando com o desempenho econômico relacionado a saúde ambiental. “Incentivamos os atores públicos e privados a apoiar o compartilhamento de informações e o diálogo” (G7, 2019), além da realização de capacitações, quando necessário, para o entendimento e a abordagem dos seus papéis no desmatamento global, inclusive na produção agrícola.

Quando se trata das práticas agrícolas insustentáveis, o G7 (2022) também relaciona o desmatamento, a degradação da terra, escassez de água e poluição, estabelecendo o compromisso em deter e reverter a perda florestal, o desmatamento e a degradação da terra até 2030. Isso é previsto através do estabelecimento políticas, como o estabelecimento de metas nacionais voltadas a proteção, conservação, restauração, manejo e utilização de forma sustentável os ecossistemas terrestres e florestas. É ressaltado pelo G7 (2022), principalmente, a necessidade do investimento em inovação agrícola inteligente, visando o conjunto de soluções, uma vez que a sua expansão é um dos principais fatores responsáveis pelo desmatamento global. É posto também o empenho dos países componentes do grupo no aceleração da transição para cadeias de abastecimento sustentáveis, desassociando o comércio e a produção agrícola do desmatamento e da degradação florestal. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2023), parcelas significativas das exportações do agronegócio do Brasil no período 2019-2022 foram destinadas a União Europeia (15%), Estados Unidos (7%) e Japão (3%), atrás apenas da China (33%).

A investigação sociológica das desigualdades, discutida por Boatcă (2022), observa que a desigualdade no sistema econômico global é reproduzida continuamente. A relação entre as cadeias de abastecimento dos países subdesenvolvidos e o estabelecimento das políticas protecionistas dos países do G7, como apoio a promoção dos sistemas alimentares sustentáveis, aponta o domínio deste grupo sobre os países em desenvolvimento e uma contraposição na estrutura entre os países para a realização das práticas adotadas no combate da agricultura insustentável. Almeida-Filho e Azevedo (2019) analisa a realidade da vulnerabilidade social manifestada na dinâmica de segurança alimentar, havendo uma relação dos países mais pobres com os preços elevados de alimentos e, conseqüentemente, a presença de desperdício. É pressuposta uma associação dos países subdesenvolvidos com práticas agrícolas insustentáveis e a fome.

Diante do cenário da pandemia por COVID-19, o G7 aponta e enfatiza a abordagem de One Health (Saúde Única), que se refere ao cuidado humano, animal e o meio ambiente como uma unidade, ou seja, como interdependentes entre si. “Reconhecemos com preocupação que o aumento do contato entre humanos, vida selvagem e gado, como resultado de atividades humanas” (G7, 2021). O G7 destaca o impacto dos indivíduos na esfera ambiental, resultante

do consumo insustentável que possibilita o aparecimento e a difusão de doenças. O surto causado pelo coronavírus fortaleceu a necessidade da parceria entre países voltada a prevenção e ao combate destas doenças. “Pedimos mais pesquisas intersetoriais e análises científicas e evidências sobre as interações entre humanos, animais selvagens, animais domésticos e o meio ambiente”, bem como “apelamos a todos os governos para garantir a transparência e compartilhamento rápido de dados e informações” (G7, 2021).

Em relação à integridade dos ecossistemas terrestres e marinhos, “reconhecemos a extrema importância de áreas protegidas ecologicamente representativas e bem conectadas, aumentando a cobertura e melhorando sua gestão conforme necessário” (G7, 2019), visando a luta contra o desmatamento, a degradação dos ecossistemas e a desertificação. “Também reconhecemos que a conservação e o uso sustentável da biodiversidade requerem ações no território” (G7, 2019), incluindo a agricultura sustentável e a restauração de terras degradadas, salientando a necessidade da restauração dos ecossistemas.

Quanto à superexploração e à exploração ilegal de florestas, “continuaremos a implementar políticas voltadas para a conservação e restauração de ecossistemas, em particular florestas tropicais, e o uso sustentável dos recursos” (G7, 2019). Com auxílio de países interessados, o grupo visa o fortalecimento do combate contra os crimes relacionados, a exemplo do tráfico de vida selvagem, extração ilegal de madeira e a pesca ilegal.

Por meio de acordos com o mercado para a elaboração de condutas eficazes, o G7 (2022) mostra preocupação para com o desflorestamento, a deterioração da terra e colocação de intervenções para o fornecimento sustentável das produções agrícolas. Dado o incentivo à biodiversidade, “continuaremos a promover a integração da biodiversidade entre e dentro dos setores econômicos, incluindo agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura, turismo, energia e mineração, infraestrutura, manufatura e setores de processamento” (G7, 2019).

4.3 As populações indígenas e parcerias globais

Perante as comunidades mais pobres no contexto global, o G7 (2021) expõe seu compromisso para a mobilização de apoio aos setores público e privado, reconhecendo as privações de métodos sustentáveis em meio às ameaças ao meio ambiente. “Reconhecemos a importância dos Povos Indígenas e das comunidades locais na proteção de florestas e habitats naturais e no apoio ao uso sustentável da terra” (G7, 2021). Para isso, o grupo coloca a importância da garantia do reconhecimento legal dos povos indígenas, do direito às terras e recursos possuídos ou utilizados de acordo com legislação nacional, além dos direitos legítimos de posse aos grupos marginalizados, posto que “sublinhamos a importância do envolvimento com esses grupos para co-desenvolver soluções para essas questões, incluindo direitos de posse da terra” (G7, 2021). Os riscos do desenvolvimento extrativista aos povos indígenas, caracterizado pela extração de bens da natureza conforme é abordado por Porto e Rocha (2022), foram reforçados no contexto pandêmico.

Os ministros do grupo expõem também seu apoio às medidas voltadas ao fortalecimento da governança florestal, a partir do compromisso com a Declaração de Nova York sobre florestas que visam a eliminação da perda de florestas. “Apoiamos medidas que promovam o financiamento sustentável e enfrentem as causas da perda e degradação florestal, incluindo esforços para aumentar a produção sustentável” (G7, 2021). Essas medidas compreendem que o G7 capacite os povos indígenas para a tomada de decisão, apontando a importância da colaboração das comunidades na implementação de medidas voltadas ao enfrentamento da degradação florestal, posto que estes sofrem diretamente os impactos acarretados pela ação humana. Nessa direção, “reconhecemos a necessidade de monitoramento aprimorado do desmatamento global, regional e nacionalmente” (G7, 2021).

Com base na teorização da Cepal, Wanderley (2015) aponta que são necessários o planejamento e a atuação do Estado para o alcance do desenvolvimento, enquanto as situações de subdesenvolvimento pendem para a desigualdade crônica, como a questão abordada pelo G7 sobre os riscos enfrentados pelos povos indígenas perante os problemas acarretados pelo desmatamento. O autor também coloca a questão da tomada de decisão, aspecto que é imposto pelo G7 aos países subdesenvolvidos para a preparação destes povos diante de seu papel na cooperação da produção sustentável, dada a ausência de representatividade dos povos indígenas na delimitação das estratégias elaboradas pelo G7.

Na exploração em busca do aumento da conformidade entre os envolvidos através da participação e do apoio às iniciativas relevantes, além dos povos indígenas, é ressaltada também a parceria com terceiros, bem como os países produtores, demais países consumidores, organizações não governamentais, academia, setor privado e comunidades locais. O G7 (2022) assume a responsabilidade com relação aos países consumidores, através de medidas relacionadas à demanda, do fortalecimento da governança e transparência na capacitação de indústrias e de países produtores, visando o aumento da sustentabilidade em sua cadeia de suprimentos.

O G7 reforça o compromisso na adoção de medidas urgentes voltadas não somente ao enfrentamento, mas também à reflexão e ao reconhecimento dos impactos causados pelo tráfico de animais, como a extinção de espécies. “Reconhecemos que o tráfico de vida selvagem é um crime grave, muitas vezes perpetrado por redes criminosas organizadas transnacionais ligadas a outras formas de crime organizado” (G7, 2021). Os representantes colocam que registram propostas e discutem meios para a consolidação do quadro jurídico penal internacional, bem como a prevenção, dada a influência dos países. “Trabalharemos para fortalecer a capacidade das autoridades policiais e judiciárias na investigação, processo e julgamento de crimes relacionados à vida selvagem, quando necessário” (G7, 2021).

A busca pela uniformidade de ações e medidas impostas pelo G7 (2022) para com os demais países e instituições está alinhada com a sugestão abordada por Chase-Dunn e Lerro (2013) sobre a criação de um Partido Mundial. Isso reforça a necessidade de expansão das medidas levantadas pelo grupo de países aos demais, através de seus respectivos representantes, no intuito de fomentar o compromisso firmado e o alcance do objetivo do desenvolvimento sustentável.

Chase-Dunn e Lerro (2013) fortalecem também a importância de parcerias, que estão presente nas práticas apresentadas pelo G7 para com os demais países, grupos e organizações públicas e privadas, a partir da ideia por uma democracia global, buscando que o maior número possível de indivíduos conseguisse contribuir nas práticas apresentadas. Contudo, as ideias de democracia e da criação de um Partido Mundial são questionáveis quando associadas aos países do G7, posto que há uma relação direta de dominação e imposição das políticas destes países em detrimento das trajetórias diferenciadas dos países subdesenvolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o objetivo de compreender a dominação da organização do G7 na relação da política econômica internacional com as florestas e o desmatamento. Ao retomar o objetivo deste artigo, revela-se um aspecto da relação de dominação existente entre o G7 e países subdesenvolvidos na organização política econômica internacional. A partir da perspectiva ambiental, com destaque para o desmatamento, é possível evidenciar o vínculo de dominação resultante do desequilíbrio vigente em relação às diferenças expressivas entre os países. Como principais resultados do estudo, foram ressaltados os aspectos da relação com problemas da mudança climática, dos sistemas agroalimentares, bem como dos povos indígenas e das parcerias globais. Conforme mencionado, a realidade do desmatamento e seus respectivos

impactos afetam diretamente os países em desenvolvimento em decorrência da falta de representatividade e de políticas de desenvolvimento voltadas para as particularidades dos mesmos, com destaque para as florestas e os povos indígenas.

A base teórica da economia política do Sistema-Mundo, utilizada na discussão deste estudo, analisa as desigualdades entre países por meio da compreensão dos padrões globais. Arrighi (2003) observa a correlação entre as partes de um sistema, compreendido através da ordem global, das circunstâncias sistêmicas em espaços e tempos distintos, bem como a relação político-ambiental entre as potências mundiais e os países subdesenvolvidos. Visto que as disparidades observadas historicamente no sistema econômico global são reproduzidas de forma contínua, como levantado por Almeida-Filho e Azevedo (2019). Este estudo contribui para a elaboração teórica da economia política do Sistema-Mundo ao reforçar um destaque na dimensão ambiental. Além disso, o estudo também contribui, nas áreas da administração pública e dos estudos organizacionais, para compreensão das influências políticas e econômicas do macroambiente internacional sofridas na organização de políticas públicas nacionais. Assim, é reforçada a importância do modelo da administração pública societal, com seus elementos de governança participativa na elaboração de políticas.

Perante o cenário resultante do desmatamento, com os efeitos problemáticos no aquecimento global, na degradação da terra diante de sistemas alimentares insustentáveis e na ameaça às tradições dos povos indígenas, afirma-se a necessidade da realização de parcerias em ordem global voltadas para a erradicação e redução dos efeitos ocasionados, uma vez que o setor ambiental implica diretamente nas demais áreas atreladas à governança mundial. Contudo, como colocado nas discussões anteriores, é imprescindível o estudo da realidade e das necessidades particulares de cada território para a delimitação de estratégias efetivas, em contraponto às discussões impostas pelos ministros do G7. Este estudo é do interesse dos representantes governamentais e administradores dos setores público e privado, posto que o Brasil possui uma grande reserva florestal no contexto global, e que os agentes do mercado têm se interessado cada vez mais no fator ambiental para lidar com os impactos já acarretados, bem como os desastres naturais.

Com relação ao método aplicado neste estudo, o estudo dos documentos de 2019, 2021 e 2022 permitiu a compreensão do G7 e suas relações com outros países na questão do desmatamento. Também foi realizada a análise crítica do discurso dos relatórios dos ministros do G7 acerca do desmatamento florestal. A análise profunda dos documentos permitiu perceber a influência do Grupo dos Sete na relação da ordem econômica e política internacional com o desmatamento em países subdesenvolvidos. Contudo, foi necessário lidar com algumas limitações, como: a dificuldade de identificar um espaço oficial de comunicação do G7, que foi contornada com o acesso aos arquivos do Centro de Informações sobre o G7 da Universidade de Toronto; a dificuldade de selecionar os documentos submetidos à análise, que requereu uma exaustiva fase de pré-análise de um conjunto maior de documentos; a dificuldade de apreender os termos utilizados nas intertextualidades e pressuposições, que demandou a busca de conhecimento sobre outros documentos e conceitos.

Para estudos futuros, é importante ressaltar algumas questões complementares. De maneira semelhante à análise documental do G7 quanto ao posicionamento do grupo na perspectiva ambiental, é importante a realização de estudos voltados à pesquisa das condutas aplicadas por outras organizações, como a ONU. Outra sugestão é a realização de confronto da análise apresentada neste estudo com as ideias discutidas na Conferência Rio92, ocorrida no início da década de 1990, sobre a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, para compreender a evolução histórica. Também é relevante a extensão da análise para incluir o problema de limitação dos recursos hídricos, posto que esse fator está diretamente relacionado à questão ambiental, com ênfase no impacto sobre os países subdesenvolvidos e as

suas políticas implementadas perante a escassez da água e os desastres naturais acarretados pela mesma.

REFERÊNCIAS

- ALMANZA, M. C. O; FONSECA, P. M. M. Análise crítica do discurso da Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente de Portugal 2014-2020. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 116, p. 23-48, 2018.
- ALMEIDA-FILHO, N.; AZEVEDO, L. L. T. Segurança alimentar e nutricional na América do Sul e BRICS: avanços e “nuvens” no horizonte. **Revista Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3 (67), p. 717-739, 2019.
- ARRIGHI, G. Globalização e Macrossociologia Histórica. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 13-23, 2003.
- BOATCÁ, M. Desigualdades Globais: filiações teóricas e críticas radicais. **Caderno CRH**, v. 35, p. 1-13, 2022.
- BOFF, G. B.; OURIQUES, H. R. Energia e hegemonia dos Estados Unidos: uma análise do petróleo e do gás de xisto a partir da perspectiva dos sistemas-mundo. **Colombia Internacional**, 2018.
- BRUSSI, A. J. E. Recorrência e evolução no capitalismo mundial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 383-409, 2011.
- CHASE-DUNN, C.; LERRO, B. Democratização da Governança Global: perspectivas históricas mundiais. **Revista Sociologias**, v. 15, n. 32, p. 52-93, 2013.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse. Textual analysis for social research**. Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2004.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- G7. **G7 Climate, Energy and Environment Ministers’ Communiqué**. Berlin, 27 may, 2022. Disponível em: <https://www.g7germany.de/g7-en/current-information/g7-environment-climate-ministers-2014900>. Acesso em: 14 de março de 2023.
- G7. **G7 Climate, Energy and Environment Ministers’ Communiqué**. London, 20-21 may, 2021. Disponível em: <https://www.g7germany.de/g7-en/current-information/g7-environment-climate-ministers-2014900>. Acesso em: 20 de março de 2023.
- G7. **Lutter contre les inégalités par la protection de la biodiversité et du climat**. G7 Environnement Environment. France, 05-06 may, 2019.
- GRAZZIOTIN, L. S.; KLAUS, V.; PEREIRA, A. P. M. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, v. 33, p. 1-21, 2022.
- GUIMARÃES, F. S. O controle dos países do G-7 sobre o recrutamento dos burocratas do FMI: o elo perdido das reformas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 111-126, 2013.
- HANJAL, P. I. **The G8 System and the G20. Evolution, Role and Documentation**. London and new Yord: Routledge Taylor & Francis Group, 2016.
- MANSUR, Y. S.; TEODÓSIO, A. S. S. Participação das organizações da sociedade civil na cooperação Sul/Sul: em busca de um modelo de análise nos estudos em administração. **Cadernos EBAPE**, v. 14, n. 3, p. 676-694, 2016.
- MARQUES, L.; PARRON, T. História relacional: uma entrevista com Dale Tomich. **Revista Tempo**, v. 25, n. 3, p. 775-783, 2019.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **AGROSTAT: Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. 2023. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

PORTO, M. F. S.; ROCHA, D. Neoextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil. **Revista Saúde Debate**, v. 46, n. 133, p. 487-500, 2022.

RIBEIRO, L. C. Q; DINIZ, N. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Revistas PUC-SP**, v. 19, n. 39, p. 351-377, 2017.

SILVA, E.R.; GONÇALVES, C. A. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. **Cadernos EBAPE**, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Terra Brasilis**. Dashboard de Desmatamento. 2023. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

ULLRICH, D.; CARRION, R. Gestão da Cooperação Internacional para o desenvolvimento Sul-Sul à luz dos postulados e princípios da Gestão Social. **Cadernos CRH**, v. 28, n. 75, p. 657-669, 2015.

VIEIRA, P. A. O Nacionalismo Metodológico na economia e a economia política dos sistemas-mundo como possibilidade de sua superação. **Revista CEPE**, n. 42, p. 79-95, 2015.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, p. 237-255, 2015.